

Da guerrilha ao Estado: a Estratopolítica¹

Domenico Uhnig Hur²

Resumo

Em 2002, o Partido dos Trabalhadores (PT) venceu as eleições para a presidência do país, alimentando a expectativa de uma série de mudanças sociais no Brasil. Contudo, as transformações sociais esperadas não ocorreram, colocando em questão a perspectiva de uma mudança levada pela esquerda no poder do Estado. Para refletir sobre esse impasse da transformação social, este artigo tem como objetivo investigar o discurso de um ex-guerrilheiro sobre a transição da luta armada ao atual momento político em que ocupa o cargo de Deputado. Com a análise da entrevista propomos uma modalidade de discurso que nomeamos de Estratopolítica. Concluímos que esse discurso opera numa fixação à Instituição-Estado, tendo um maior compromisso com a ocupação de lugares na estrutura institucional do que com o fazer político transformador.

Palavras-chave: ditadura, guerrilha, Psicologia política.

Pesquisa financiada pelo CNPq e pela CAPES.

Resumen

En 2002, el Partido de los Trabajadores (PT) venció las elecciones para la presidencia del país, fomentando la expectativa de una serie de cambios sociales en Brasil. Pero, las transformaciones sociales esperadas no ocurrieron, poniendo en problemática la perspectiva de un cambio llevado por la Izquierda en el poder del Estado. Para reflexionar sobre ese problema de la transformación social, este artículo tiene como objetivo investigar el discurso de un exguerrillero sobre la transición de la lucha armada al actual momento político, en que él ocupa el puesto de Deputado. Con el análisis de la entrevista elaboramos una modalidad de discurso que llamamos de Estratopolítica. Concluimos que ese discurso opera en una fijación a la Institución-Estado, teniendo más compromiso con la ocupación de lugares en la estructura institucional, al revés del hacer político transformador.

Palabras clave: dictadura, guerrilla, Psicología Política.

Abstract

In 2002, the Workers' Party (PT) won the elections for the country's presidency, inspiring the expectation of many social changes in Brazil. However, the expected social changes didn't happen, putting in question the perspective of a transformation by Left in State's power. To reflect upon this problem, this article intends to investigate the discourse of one former-guerrilla fighter about the transition from the armed struggle to the current political moment. With the interview analysis we propose a modality of discourse named by Stratumpolitics. We concluded that this discourse acts in a fixation at the State-Institution, with more compromise to places' occupation in the institutional structure rather than a transformer political practice.

Keywords: dictatorship, guerrilla, Political Psychology.

¹ Recibido: 05 de abril de 2013. Aceptado: 21 de febrero de 2014.

² Psicólogo, mestre e doutor em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da USP, com estágio doutoral na Universitat Autònoma de Barcelona/Catalunya. Professor adjunto do curso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás - UFG. Membro do CRISE – Núcleo de Estudos e Pesquisas – Crítica, Insurgência, Subjetividade e Emancipação. Membro da Associação Brasileira de Psicologia Política – ABPP.

Nas eleições de 2002, quase trinta anos após o fim dos conflitos da guerrilha armada contra a ditadura militar, acompanhou-se a vitória do ex-líder sindical Luis Inácio Lula da Silva para a presidência do Brasil e de inúmeros políticos do Partido dos Trabalhadores – PT – para os assentos do Poder Legislativo. Dessa forma, constituiu-se um governo, nos lugares de ministros, secretários, assessores, deputados, etc., composto por uma série de lideranças de movimentos sociais, como dos trabalhadores, das mulheres, ecológicos, raciais, ex-guerrilheiros da luta armada, etc. Em decorrência da formação de um governo com representantes de uma gama de movimentos sociais, a expectativa de segmentos de esquerda³ política, dos próprios movimentos, da intelectualidade e de parte da população foi de acompanhar a atualização do potencial transformador de esquerda, socialista, e talvez revolucionário, no Aparelho e nas práticas de Estado. Pois ter um partido de esquerda no Governo do país instaurava um fato inédito, em contraposição aos antigos governos que historicamente representavam as elites do país, como os latifundiários, o empresariado, os militares, etc. e que implantaram o projeto neoliberal no Brasil. A transformação social era esperada, mesmo sabendo-se que a vitória de Lula deu-se por algumas alianças políticas que divergem da plataforma político-ideológica do PT, como a união com o Partido da República – PR – que indicou como vice-presidente o empresário José Alencar e a atual aliança com um partido tradicional de centro-direita, o PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que tem a maioria dos parlamentares da Federação e atualmente ocupa a presidência do Senado.

A crítica feita ao PT no poder é a de que após dez anos de gestão no governo não se viu uma transformação substantiva nas ações e na estrutura do Estado, não se efetuiu o potencial transformador no Governo, e tampouco nas práticas políticas nos anos que se sucederam. Tal mudança social se configura como um desafio se colocarmos em foco a própria problemática da gestão do Estado brasileiro. Este se estrutura, não a partir de uma democracia direta, que abriria espaço à participação popular, mas sim no sistema democrático representativo como forma de Governo, em que apenas “a um corpo restrito de representantes eleitos (...) são reconhecidos direitos políticos” (Bobbio, Mateucci & Pasquino, 1999, p.324). Portanto, mesmo com a mudança no poder executivo, manteve-se uma gama de representantes dos setores das elites tradicionais do país no poder legislativo, fato que dificultaria politicamente a aprovação de mudanças mais drásticas na gestão política do país.

Dessa forma, uma gestão revolucionária do PT, do ponto de vista estrutural, dificilmente se efetuará. Portanto, considera-se que o desafio da gestão do PT, de um governo de esquerda num horizonte neoliberal, era o de instaurar um novo período, uma “social-democracia latinoamericana”. Entretanto, Boito Jr. (2003) afirma que Lula manteve a mesma política econômica de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso - FHC, sendo um governo continuísta

³ Por esquerda política entendemos os posicionamentos e práticas de grupos políticos comprometidos com movimentos instituintes de transformação e crítica frente à lógica instituída e do Capital.

do anterior. Pois considera que o desenvolvimento das práticas neoliberais e assistencialistas no programa do governo Lula foram diretamente herdeiras do governo FHC. Citamos também os fatos de que manteve grande parte de seus apoios políticos e que um ponto crucial da plataforma política, a Reforma Agrária que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MTST e o PT defendiam, não foi realizada, havendo os mesmos índices de distribuição de terras do governo FHC.

A transformação social ficou no discurso e nos ideais, não se concretizando nas práticas políticas. Prosseguiu-se com uma política neoliberal, que se distancia muito de um projeto socialista. O PT preferiu imprimir uma política pragmática, com poucas modificações estruturais e com o abandono de uma série de bandeiras de luta socialistas. As críticas ao Governo PT se acirraram, pois se acompanhou a reprodução de uma série de práticas reprováveis da tradicional direita política, como práticas de corrupção, “caixa-dois”, bem como a defesa de políticos que cometeram atos de improbidade administrativa⁴, contradizendo assim seu histórico discurso da ética.

O que deu errado com a esquerda no poder? Por que não trouxe a almejada transformação social pela via institucional? Por que em posse do governo não imprimiu a linha política preconizada? Será que as estratégias da esquerda se fixaram tanto na obtenção do poder, que ao chegar ali não conseguiram apresentar alguma fórmula alternativa de gestão? Houve uma mudança no posicionamento político para uma prática conservadora? Suas práticas e concepções políticas mudaram quando chegaram ao poder? Houve um aburguesamento das minorias dirigentes, como sustentaria Michels (1982)? Por que a “Revolução”, via institucional, não ocorreu? Como esta questão é complexa e remete a inúmeras variáveis, escolhemos um subgrupo específico para refletir sobre essa questão: os ex-guerrilheiros que combateram a ditadura militar brasileira.

Após o golpe de Estado perpetrado pelos militares e elites civis do país em 1964, acabou-se com a democracia vigente instaurando-se um estado de exceção, uma ditadura civil-militar que durou vinte e um anos. Os inimigos políticos foram perseguidos e aprisionados, as manifestações coletivas foram proibidas, os partidos opositores foram considerados ilegais e inclusive o Congresso foi fechado, fortalecendo-se assim o poder executivo. Os guerrilheiros foram os segmentos da esquerda política que tiveram uma experiência de ruptura com o Estado dominado pelo regime militar, numa luta radical em que colocaram suas vidas contra o governo. Como não havia mais diálogo com o poder instituído chegaram a um ponto de inflexão, em que a saída assumida foi pegar em armas e resolver os conflitos políticos pelo uso direto da força. Foi sair das leis instituídas e entrar numa luta em que os conflitos apenas poderiam ser resolvidos por relações

⁴ Como a defesa do PT em 2009, em nome da “governabilidade” do país, ao atual presidente do Senado Renan Calheiros (PMDB) e ao ex-presidente, José Sarney (PMDB), ex-líder do antigo PDS – Partido Democrático Social, partido da ditadura, por uma série de atos ilegais que praticaram.

de guerra e força direta. A guerrilha armada foi derrotada pela ditadura militar na primeira metade da década de 1970 e esta apenas deixou o poder do Estado em 1985, quando houve a redemocratização do país.

O objetivo desse artigo é analisar a entrevista de um ex-guerrilheiro que hoje ocupa cargo legislativo no Estado, de Deputado Federal, para discutir a transição da luta armada à participação política via institucional no período da democracia. Com a realização da discussão propomos uma modalidade de agenciamento discursivo que nomeamos de Estratopolítica.

Denominamos o entrevistado de Deputado, um militante político que transitou da guerrilha rural ao poder do Estado. Falamos poder do Estado em sentido amplo, pois ele não assume cargo executivo, e sim legislativo, mas é conhecido como um dos principais quadros políticos e de articulação do PT. Uma informação adicional é que sua imagem na opinião pública ficou muito desgastada após as denúncias das supostas irregularidades do PT no primeiro governo Lula.

Realizamos uma entrevista semi-diretiva no ano de 2008 separada em três tópicos: a vida em família, a militância na guerrilha, e como o sujeito analisa a conjuntura política atual. Procedemos por análise de conteúdo (Bardin, 1977; Vázquez, 1997) para discriminar e catalogar as diferentes unidades de registro, que passamos a codificá-las e agrupá-las por analogia temática (Vázquez, 1997, p.4). A partir da análise constituímos dois eixos gerais: os discursos da transição da luta armada ao estado neoliberal e os discursos sobre o imaginário da transformação social. Ao examinar os elementos emergentes hipotetizamos um tipo de configuração política que pode ser explicativo do funcionamento das práticas e convicções políticas de nosso entrevistado: a Estratopolítica. Ressaltamos que nossa reflexão é realizada a partir de conceitos de autores considerados pós-estruturalistas, como G. Deleuze, F. Guattari e R. Kaës.

No levantamento bibliográfico sobre as memórias de ex-guerrilheiros que lutaram contra a ditadura, constata-se que a maioria da produção refere-se à publicação de livros que mais buscam reconstituir o passado, de como se deu a luta contra a ditadura, ao invés de trabalhar a transição ao cenário político atual (Gabeira, 1979; Polari, 1982; Betto, 1982; Reis Filho, 1990; Ridenti, 1993; José, 1997; Gorender, 1998; Tavares, 1999; Gaspari, 2002; Vianna, 2003; Coelho, 2007; Vieira, 2008). A mesma tendência é percebida nos artigos acadêmicos publicados sobre o tema da guerrilha e da ditadura (Martins Filho, 2003; Kushnir, 2007; Arantes, 2008; Arantes, 2012; Hur, 2012). Entre as exceções, citamos o artigo de Hur (2013a), que traça as transformações da memória de acordo com as distintas temporalidades e outro (Hur, 2013b), que na transição das práticas políticas de ex-guerrilheiros postula a emergência de uma razão governamental denominada de tecnopolítica, que se refere ao desenvolvimento de uma tecnologia da governabilidade alicerçada à gramática capitalista.

Um discurso estruturado por “estratos”: a Estratopolítica

Na narrativa de Deputado há um elevado número de respostas auto-referentes em que frisa seus feitos e realizações, modalidade de resposta que foi muito mais intensa em sua fala do que de outros guerrilheiros que entrevistamos para outra pesquisa (Hur, 2009). Consideramos que seu discurso acerca de suas práticas políticas e desejantes está majoritariamente articulado pela determinância dos estratos, estruturas, instituições e do Estado para fomentar as mudanças sociais. Todo o deslocamento citado em sua história política está atravessado de uma leitura a partir do que F. Guattari (1987) chama de dimensão molar, em que se desloca por diferentes estratos: a Família, a Escola, a Igreja, a Universidade, o Centro Acadêmico, o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará - DCE da UFC, equiparado a União Estadual dos Estudantes – UEE, a União Nacional dos Estudantes - UNE, o Partido Comunista do Brasil - PCdoB, a Guerrilha do Araguaia, a Prisão, o PT e cargos no Estado. Citamos como exemplo o lugar central que dá aos estratos em seu deslocamento na sua trajetória na militância estudantil:

(...) eu fui escolhido para ser o presidente do Centro Acadêmico numa eleição direta. E fui eleito. Aí já foi rápido, no ano seguinte eu já estava no DCE, (...) liderando as passeatas, as mobilizações de Fortaleza. No período de 68, já estava participando dos encontros da UNE aqui em São Paulo, que o DCE no Ceará se equiparava à UEE, porque não tinha, só tinha uma Universidade. Aí eu já estava numa militância engajada muito rapidamente. Foi um ano no Centro Acadêmico, um ano no DCE e depois já na militância estudantil na UNE, foi uma coisa relativamente rápida. Numa época em que as coisas aconteciam com muita intensidade (Deputado, 142-150⁵).

Percebe-se nesse trecho que a trajetória de Deputado desenvolve-se num campo estriado (Deleuze & Guattari, 1997), num campo em que se movimenta pelos estratos, numa estratégia de tomada de posições, tal como o jogo de xadrez. No exemplo citado foi a progressão do Centro Acadêmico, associação local, para DCE – Diretório Central de Estudantes, comparada a uma associação estadual, e finalmente para a UNE, que é a associação nacional. Algo que chama a atenção no relato de Deputado é o uso repetidas vezes do participio para falar que foi “escolhido” para ser candidato a presidente do Centro Acadêmico, e não que se candidatou, como se fosse um agente subordinado do coletivo, uma produção da estrutura. Pode-se pensar também que essa forma de utilização retórica pode ter como objetivo prover maior legitimidade a sua candidatura e escolha, porque diz que foi escolhido por um “grupo” ao invés de falar que escolheu, talvez por uma maior vontade individual, candidatar-se. De qualquer forma, tal organização discursiva expressa como o elemento subordina-se à estrutura, ao conjunto, mudando de valor conforme a posição que ocupa na estrutura institucional.

⁵ Os números entre parênteses referem-se às linhas em que a citação se localiza dentro da entrevista integral. Tal entrevista está na tese de Hur (2009).

Em seu discurso, os estratos, a dimensão molar, sempre são apresentados em sua positividade, sendo as superfícies que tornaram possíveis o desenvolvimento das distintas práticas políticas. O elemento que ocupou esses estratos também é denotado positivamente, em que teve uma ação intensa, considerada a melhor possível, dentro da posição social ocupada.

Movimento Estudantil, 'pá!' Fui até a UNE. Ditadura, fui para a clandestinidade, não fui para o exílio, não fui para a casa. Luta armada 'Vamos lá!'. Prisão, 'Pá!'. Tudo eu fiz com dedicação cem por cento e tudo eu paguei o preço com juros, correção monetária, mais a inflação acumulada, no bom sentido. E eu não me arrependo de nada e nem tenho consciência pesada, nem nada, me sinto feliz com essa minha história de luta que eu fiz (Deputado, 560-564).

Talvez seja pelo fato da Instituição-Partido buscar na luta partidária institucional ganhar posições e eleger seus quadros políticos, que Deputado ao longo de seu relato sempre enalteça suas realizações, trazendo à tona sua positividade, de uma forma quase personalista, ou então para fazer seu "marketing político". Deste modo, hipotetizamos que no seu discurso há o desejo de ocupar os lugares com o concomitante movimento de exaltação das próprias características ao ocupar esse lugar. E também o inverso, fazendo com que essa posição social seja a expressão de suas características (por exemplo, não é apenas o "Lula presidente" e sim o "Presidente Lula"). Consideramos que nessa relação conjugada entre instituição e sujeito se constitui uma fusão, uma incorporação, uma simbiose (Bleger, 1975), uma colagem imaginária (Kaës, 1997) entre lugar social e indivíduo, entre lugar na estrutura e elemento, o que resulta na produção de subjetividades e de determinadas imagens de pensamento (Deleuze, 2006) a partir da lógica institucional que se ocupa, seja do partido, da guerrilha, etc. As características da posição estrutural (e da própria estrutura) passam a ser incorporadas como parte de si do elemento que a ocupa, numa evidente fixação, fusão e subordinação ao estrato. A posição estrutural ocupada pelo sujeito passa a ter uma função de prótese psíquica (Kaës, 1979), como se fosse uma extensão do próprio ser, acoplando-se ao seu corpo, tornando-se parte dele. Dessa forma, a Instituição, o estrato, ao fazer parte do campo existencial do sujeito, passa a organizar seus pensamentos, afetos e comportamentos, enfim, sua subjetividade. Consideramos que em seu discurso há um protagonismo da instituição nos processos psicossociais.

A partir dessas características e de outras que apresentaremos abaixo denominamos o discurso acerca das práticas políticas de Deputado de Estratopolítica. Consideramos que a Estratopolítica é a modalidade discursiva que tem como primazia os processos de institucionalização, em que a Instituição ocupa lugar central. Estratopolítica = estrato + política = exercício da polis + estrutura. É o agenciamento político que se baseia em estratos, lugares e posições que se ocupa dentro da estrutura institucional, numa prática que valoriza mais o instituído e o cristalizado, ao invés do instituinte; os processos de fixação, ao invés do fluxo e do

movimento; os resultados ao invés do processo; mais a uma lógica do ser e do estado de coisas, do que pela lógica do devir. Portanto, a estrutura política ocupa papel central para as práticas políticas, como por exemplo, na constante referência de Deputado à organização de uma associação, do papel de um partido, do lugar central do Estado, etc., que de certa forma é o funcionamento majoritário dos movimentos políticos no século XX. É a forma de funcionamento político que as correntes majoritárias da esquerda historicamente estão implicadas, que é na constituição de um partido revolucionário, ou reformista, de uma pequena direção de vanguarda que vai operar a revolução, ou a vitória eleitoral, para tomar e ocupar o poder do Estado.

Como há o investimento e reconhecimento dos estratos, é um agenciamento hierarquizado, que funciona através das relações de domínio e submissão dependentes da posição social que se ocupa na estrutura, dependentes do estrato que se ocupa, em que o “partido”, o conjunto, tem predomínio sobre os elementos. E é assim que entendemos a afirmação citada de Deputado sobre como se deu o processo de sua ida à Guerrilha do Araguaia, quando diz “(...) eu me coloquei à discussão do PCdoB para ir para a preparação da guerrilha (...)” (Deputado, 228-229). Deste modo, atribui à Instituição-Partido a discussão e a decisão se deveria ou não compor o grupo de guerrilheiros que treinaria na região do Araguaia, aderindo assim à luta armada rural. Portanto, entendemos que a Estratopolítica é um agenciamento hierarquizado, que preza as posições sociais, funciona numa lógica vertical e tende a movimentos de totalização a partir de um órgão central, a partir de toda a Instituição. A relação entre elementos e estrutura se dá como se os primeiros fossem incorporados pela estrutura, fundindo-se a ela e operando através da legitimação do seu funcionamento. Consideramos assim o Partido como a instituição expressiva da Estratopolítica, pois é dotada de hierarquia piramidal e rígida, relações de poderes estratificadas, regras instituídas e tem como principal tarefa a luta pelo poder do Estado.

Transição do período da luta armada à democracia

Neste tópico analisamos como este discurso apreende a transição da luta armada à democracia. Abordamos alguns aspectos referentes de como esse agenciamento psicopolítico discorre sobre a luta armada e posteriormente como apreende a transição ao Estado democrático.

Da mesma forma que aborda positivamente os estratos transitados, consideramos que este agenciamento também busca trazer a positividade do estrato da experiência vivida na luta armada. Ao menos foram as considerações que encontramos no relato de Deputado, que atribui ao momento da luta armada como uma etapa de vida “rica” e isenta de críticas. Citamos alguns trechos:

(...) a gente tinha uma vida coletiva com os guerrilheiros, muito intensa, muito solidária, porque era um projeto de luta coletiva, não era de um indivíduo sozinho. Então foi uma experiência, nesse ponto de vista, muito rica, muito forte, que mexeu muito com a vida da gente (Deputado, 257-260).

Até porque por uma necessidade, você sabe que na guerrilha rural você não sobrevive e nem se prepara sozinho, a tua vida depende do outro e vice-versa. Então você cria uma comunidade de ideais, de sonhos, muito forte, porque sua vida está na mão do outro e vice-versa. Então era uma vida muito solidária, muito, vamos dizer assim, muito humana, porque a gente era tudo igual, o que um tinha o outro tinha, o que um fazia o outro fazia, não tinha diferença entre homem e mulher, tudo era igual, tudo! Então era uma relação muito forte e depois se desdobrou nos enfrentamentos, nas torturas, nas mortes. Foi um processo muito violento, muito profundo, porque as relações não eram relações formais, eram relações humanas, de vidas, de ideais, de compromissos, de uma geração que trazia uma bagagem, vamos dizer assim, de muitos valores nesse sentido (Deputado, 273-282).

Mas é isso, quer dizer, todo mundo que vivia lá, viveu intensamente. A gente não fez nada pela metade, tudo foi feito com toda a intensidade, se fazia cem por cento correndo todos os riscos. Todos os riscos se corriam, até o da morte, então é uma geração que não tinha medo do risco, gostava do risco, gostava de viver perigosamente (Deputado, 348-351).

E todo mundo vivia bem, no meu destacamento todo mundo vivia tranquilo, gostava da vida lá. Que a gente tratava lá com aquele sonho, com aquela idéia de fazer a Revolução a partir do Araguaia; era um sonho generoso e heróico (Deputado, 372-375).

Entendemos que seu discurso, estratopolítico, tende a trazer a positividade das vivências nos estratos, antes dos percalços, visto que os relatos em grande parte enaltecem o “sonho heróico” e as “relações de vida” desenvolvidas pelo coletivo de guerrilheiros na região do Araguaia⁶. Há toda uma construção de figuras míticas e heróicas, que tinham “valores humanos e

⁶ O maoísmo foi o referencial de luta adotado pelo Partido Comunista do Brasil - PCdoB - que consistia na tentativa de eclosão da Guerra Popular Rural, pois considerava a guerrilha rural mais eficaz do que a guerrilha urbana. Desde 1966 deslocou guerrilheiros para a região do Araguaia, para implantar uma guerrilha rural nessa região, entre os estados de Pará, Mato Grosso e o atual Tocantins, organizando dezenas de militantes nessa área onde foi organizada a “Guerrilha do Araguaia”. Diferentemente da Guerrilha do Caparaó os militantes do PCdoB conseguiram ganhar a simpatia da comunidade, firmar bons laços com a população local e, de certa forma, ganhar alguns adeptos para a causa revolucionária, pensando na consolidação do seu futuro Exército Popular. A partir de 1972, o Exército começou a investir contra a Guerrilha do Araguaia, ocasionando conflitos e prisões de militantes, como por exemplo, do nosso entrevistado “Deputado”. Contudo as duas operações militares de 1972 não tiveram êxito e a guerrilha conseguiu se reorganizar. Mas as investidas militares de 1973 e 1974, que foi a maior operação militar brasileira desde a Segunda

solidários”, uma “vivência coletiva e igualitária”, que gostavam de viver sob o “risco” e lutavam a partir de um “sonho generoso e heróico” de realizar a Revolução contra a ditadura. Deputado traz em seu relato aspectos que heroizam o coletivo de guerrilheiros que viveu, e morreu violentamente, na tentativa de construção do sonho da revolução brasileira. Sua memória, agenciada de forma estratopolítica, opera um movimento de selecionar o que houve de positividade nessa experiência; sendo poucas as suas referências aos eventos de conflito e sofrimento da Guerrilha do Araguaia. Em seu relato, diferente de outros guerrilheiros entrevistados para outra pesquisa (Hur, 2009), não apresenta nenhum tipo de autocrítica sobre as práticas políticas assumidas no período da luta armada. Deputado apenas realiza alguma crítica à luta armada quando a compara com o atual período democrático:

A guerra é isso, na guerra você tenta eliminar o outro. A guerra e a ditadura eliminam a política. A democracia restabelece a política, aqui há confronto e negociação, você não elimina o outro, você ganha do outro. É uma outra situação. E eu acho que a conquista da democracia foi fantástica, acho que com todos os defeitos, a melhor experiência da humanidade é a democracia. Não existe outra melhor que a democracia (Deputado, 540-544).

Então o que se constata nesse trecho é como o estrato atual é mais positivo que o estrato anterior, o qual adquire o sinal contrário, tornando-se assim negativo em relação ao positivo; um estrato é trocado e desvalorizado pelo outro. A crítica à luta armada apenas aparece quando é usada para enaltecer a democracia. O estrato da instituição democrática é considerado uma “nova” forma de atuação, uma “nova” forma organizativa, que favorece a democracia e a política, ao invés da ação da luta armada, que favorece as relações de guerra e de violência. Percebe-se também como nessa concepção não há a possibilidade de mediação, em que a guerra está separada da política, em que guerra e política são termos inconciliáveis e contraditórios, dois aspectos (estratos) descontínuos.

A transição da luta armada à democracia no agenciamento estratopolítico é justificada pela positividade do estabelecimento das instituições democráticas no país, dos partidos, resultantes da abertura política e reorganização dos movimentos sociais no fim da década de 1970:

(...) A História te coloca escolhas, são escolhas políticas que você faz. Na medida em que a guerrilha foi derrotada e a gente tinha que se reorganizar para trabalhar, para fazer política, aí fazer política legal, que também o país saiu da ditadura, nós não vivíamos mais na ditadura, deixar isso claro. Quer dizer, em 64 havia uma ditadura, em 68 teve a ditadura dentro da ditadura. Quando nós saímos da cadeia, você estava num processo de abertura, depois teve a campanha

das Diretas, dos partidos, é uma guerra com outras armas, com outros instrumentos e outros cenários. É como você caminhar no fio da navalha, você mudar a ordem por dentro da ordem é caminhar no fio da navalha. Você tem que mudar, mas por dentro da ordem. A nossa visão era quebrar a ordem para mudar, como a gente foi derrotado, a nossa escolha foi mudar a ordem por dentro dela (Deputado, 481-490).

Deputado justifica a transição das práticas políticas da luta armada à via institucional por dois fatores principais: a mudança no cenário político do país, em que houve o processo do fim da ditadura, e a derrota sofrida pelos movimentos guerrilheiros. Devido a essas contingências sociais, para poder fazer política deveria fazer “política legal”, isto é, a política via institucional. Ou seja, houve uma grande mudança do contexto político-social, que implicou na adoção de outras estratégias e táticas de se fazer política, “outras armas”, que no caso foi deixar o estrato guerrilheiro e seguir o estrato democrático, a partir do trabalho institucional-partidário. Nota-se que nesse fragmento ele utiliza a figuração da guerra, da via institucional ser uma “guerra com outras armas”, ou seja, aqui Deputado mantém a dimensão do conflito como relação de guerra que há na atuação política institucional “pacífica”. Dessa forma, entende-se que no discurso estratopolítico há a compreensão da existência do conflito, das relações de luta, mas relações de embate que utilizam armas e ferramentas características do estrato que se está ocupando. Então, na medida em que Deputado afirma o objetivo de “mudar a ordem por dentro dela”, assume uma visão institucional, que reconhece a existência da estrutura e do estrato e a partir da tomada dessa estrutura organizada tenta transformá-la. Portanto, a Estratopolítica no estrato estatal tenta mudar a ordem por dentro da ordem, mudar as condições sociais a partir das estruturas sociais instituídas e organizadas e não mais através da ação direta e violenta do fuzil.

No período da luta armada, Deputado considera que se objetivava “quebrar” o Estado, a ordem instituída, para transformá-lo; todavia, agora na democracia, tem que se compactuar dos estratos pré-definidos e tentar alguma transformação a partir de suas formas instituídas, em que a transformação se torna algo processual. Considera que essa atuação de transformar a partir do estrato estatal é um trabalho complexo e arriscado “como caminhar no fio da navalha”. Essa figuração de “caminhar no fio da navalha” utilizada pelo Deputado é expressiva por si só, pois conota a necessidade de manter um equilíbrio e uma caminhada sem desvios (talvez seguir o “ideal de esquerda”) para que não cometa algum passo equivocado e se mutile pela ação da queda conjugada ao fio da navalha (talvez pelo efeito capturante do Estado). Então, entendemos que Deputado justifica sua escolha política tendo em vista a consolidação do estrato institucional via Estado democrático, ao qual aderiu e realiza sua militância reproduzindo as normas do estrato via instituição partidária.

Então no trânsito de práticas políticas, Deputado entende que se abandona a busca por uma ruptura com o Estado, para uma visão processualista da mudança social (Deputado, 527) em que se deve ocupá-lo e transformar a sociedade a partir dele; deve-se buscar a transformação social a partir dos estratos constituídos. Nesse discurso justifica-se que na democracia há um processo de negociação que coloca na mesma mesa de negociação posições díspares e conflitantes, em que não precisam mais decidir o embate através do conflito direto e sim através do diálogo. Mas Deputado faz questão de salientar que há uma mudança de estratégia política, sem haver a mudança dos princípios políticos, então: “Eu costumo dizer que a gente mudou sem mudar de lado. Muda sem mudar de lado. Os lados dos ideais, das causas, os sonhos, são os mesmos, você não mudou de lado, agora, você muda porque as circunstâncias históricas e as escolhas mudaram, nesse sentido” (Deputado, 527-530). Muda-se a “aparência” sem mudar a “essência”. Mas será que a mudança de estratégia e práticas não interfere nos princípios?

O imaginário de transformação social

Aqui discutimos o que emergiu no discurso do entrevistado em relação ao agenciamento estratopolítico como estratégia para a transformação social. Pode-se dizer que a transformação social foi algo que sempre se ansiou e se lutou no país, desde os conflitos coloniais contra a invasão ibérica até os dias de hoje. A transformação social que se lutou desde a criação desse continente, América Latina, foi contra a opressão exercida pelos grupos dominantes.

Mas o que é transformação? Entendemos que transformar é mudar a forma, é ir além da forma instituída, consolidada, mudar de um estado a outro, romper o estrato, fazer propagar o fluxo, dar maleabilidade à linha de segmentaridade rígida, ou “desarranjar a máquina”, em que para “isso” funcionar, tem que se desarranjar (Deleuze & Guattari, 1976). A transformação é uma maquinação em que se investe determinado quantum de energia para que um estado de coisas se transmute em outra coisa. Então a transformação social é o investimento de energia na busca da mudança da sociedade em seus diversos âmbitos e, no caso dos militantes da guerrilha, o que se buscava transformar era a conjuntura política de opressão instituída pelo Golpe militar de 1964. Eles carregaram o imaginário da transformação social frente às estruturas opressivas do Estado, em que esse imaginário agiu como magma, efervescente, borbulhante, em ebulição, em que o ato de imaginar a transformação excedeu, transbordou a própria imaginação produzindo ação social; uma atuação social de pegar em armas, de aderir à luta armada, para conseguir levar suas lutas políticas contra a ditadura e por um outro projeto de sociedade.

Seguir uma atuação estratopolítica para um militante de esquerda implica na conjugação do imaginário de mudança com o estrato em que se transita. Por isso Deputado percebe diferenças nos resultados políticos entre o que idealizava antes, no período da luta armada, do que foi feito ao seguir a via institucional, as “regras do jogo”. Mas mesmo não tendo operado a

transformação social que idealizava no passado, exalta a positividade do papel transformador que a esquerda, representada pelo PT, cumpre atualmente no Brasil:

E aí é fio da navalha também, fazer partido, disputar eleição, certas regras do jogo, enfim, todo o processo que a gente viveu, que eu avalio que foi um processo vitorioso, eu acho que hoje a esquerda brasileira está realizando seu projeto, de ter um país mais justo, democrático, mais soberano e melhorando a vida do povo. Não era o que a gente idealizava, mas também nós estamos mudando o país. Eu acho que esse processo que a gente viveu foi um processo muito rico, porque é um processo histórico, porque o ser humano faz a História em determinadas condições. Tem a vontade e a consciência, mas tem as determinações da História e das escolhas (Deputado, 490-498).

Deputado justifica sua atuação estratopolítica como sendo uma escolha que foi acertada, bem sucedida, que trouxe mudanças e bons resultados ao desenvolvimento de um país mais “justo e democrático”. Compreende que não foi a realização da revolução desejada do passado, mas sim a realização de uma transformação social (melhorar a vida do povo) que se opera no Brasil no presente e que deixará boas marcas para o futuro, ou seja, trouxe à tona a positividade de suas ações a partir dos estratos que transita. Deputado, como parte diretamente implicada com as práticas do Governo Lula, não faz nenhuma crítica ao governo, pois ele forma esse Governo, faz parte dessa mesma Instituição, desse mesmo estrato e do mesmo partido.

O entrevistado afirma que a transformação está se dando com a esquerda no Estado e nos conta emocionadamente que a vitória do Lula foi a realização do sonho da geração da luta armada das décadas de 1960 e 1970:

Eu até faço uma imagem; quando eu estava preso e incomunicável em Brasília, a gente brincava muito entre os presos nos intervalos de sofrimento, ‘Pô, quando é que a gente vai sair daqui? Vamos imaginar que no ano 2000 a gente sai daqui’. Isso era 70, 72. Quando o Lula subiu a rampa era uma imagem daquele sonho que a gente imaginava, mas era outra coisa também, não era bem aquela Revolução, da ruptura, do confronto, era uma outra maneira de fazer a Revolução, que a Revolução, você tem que ter um entendimento processual e de conteúdo, não é!? A Revolução de 68, de 70, era muito o momento, o confronto, nós tivemos que ir para uma luta de idéias, uma luta de disputa, uma luta mais complexa, mais difícil até. E eu acho que está valendo a pena esse processo, está valendo a pena. Eu sou otimista com o processo que a gente está construindo no Brasil, acho que tudo isso que a gente viveu valeu a pena e eu não me arrependo de nada, porque o Brasil está melhor e a nossa geração, que somos sobreviventes de uma

geração, ela se somou com uma geração nova, que também está cumprindo seu papel, que não viveu o que a gente viveu (Deputado, 500-513).

Entende-se nessa modalidade de discurso que o imaginário de transformação social se fixa ao Estado, fixa-se à vitória eleitoral de Lula, quando ele se torna a figura mais importante do cenário político do país. No entanto, Deputado busca conectar o imaginário da transformação social da geração da luta armada, do passado, à ocupação das instituições do presente, mas numa outra modalidade de “revolução”. Não numa ruptura, não através das armas e subjugação do inimigo e sim através da via institucional, que tornou a transformação social processual e não imediata. O imaginário da revolução das décadas de 1960 e 1970 se encarna na estrutura estatal da atualidade. Percebe-se então que o lugar da transformação é ocupar o estrato estatal, imaginário tradicional dos projetos dos partidos comunistas em tomar o poder do Estado para transformar o mundo. Então no discurso estratopolítico há um governo com valores de esquerda, a Instituição-Estado com os princípios de esquerda, numa conexão entre estrutura política existente e valores políticos defendidos. Na conjunção entre estrutura institucional política e valores de esquerda, não há mais o ideal da transformação imediata e sim uma transformação processual, que vai se construindo, estrato após estrato.

Quando perguntado sobre as críticas que o PT recebe dos partidos de extrema-esquerda, devido à aliança com setores do empresariado e a manutenção de políticas neoliberais, Deputado retoma seu discurso da lógica de um Governo de esquerda que realiza uma transformação processual e que deve ser implicado:

Eu acho que é uma crítica, uma crítica estéril, com todo respeito, estéril do ponto de vista político. Ela é uma crítica impotente, porque nas condições políticas do Brasil, nós estamos fazendo um governo com os valores de esquerda e estamos mudando o Brasil. Eu acho que a gente não pode fazer uma crítica nem de saudosista e nem uma crítica, vamos dizer assim, como espectador. Seria muito fácil eu me refugiar na minha vida fazendo uma crítica sem me comprometer. Mas eu tenho que, quando eu faço campanha, quando eu vou para a periferia, quando eu vou para as cidades, quando eu converso com as pessoas, quando eu vou num debate no sindicato, quando eu defendo uma proposta no parlamento, eu estou fazendo luta política, nas condições de hoje. Então eu respeito essas críticas, mas não concordo com elas, porque o critério, primeiro, o critério para ser de esquerda é você lutar pela igualdade social. Nós estamos lutando, processualmente. Segundo, você não pode ser espectador, você tem que ser militante de um processo de transformação, eu acho que o Governo Lula está mudando o Brasil. Nós não podemos ser espectador dele, nós temos que participar, você pode fazer crítica, você pode fazer observações,

mas esse é o processo que está em curso, então eu discordo da crítica da outra esquerda, respeito, mas discordo (Deputado, 579-593).

O agenciamento estratopolítico “naturaliza” os estratos existentes, o debate político via institucional, legitimando-os como ponto de partida da prática política. Então em relação às críticas que o PT recebe da “outra esquerda”, Deputado contra-ataca afirmando que ela deve se engajar, participar e militar para o processo de transformação, portanto não deve ficar apenas num papel de espectador. Atribui aos grupos que criticam o papel de meros observadores, como se não participassem da vida política do país. A sua noção de participação política é tributária da concepção de participar da luta política no mesmo estrato em que está, no Estado, pois estar fora desse estrato, atuar de outra maneira, é não participar, é sustentar uma “crítica estéril e impotente”.

Quando questionado sobre o processo de negociação com alguns setores da direita que são “continuidade” da ditadura, mantém a mesma posição em defesa do estrato institucional democrático; a democracia continua como justificativa, mas no caso, uma democracia estratopolítica: “Na democracia você convive com o outro lado, que você tem que conviver. Você pode sentar na mesma mesa, desde que você saiba qual é a cadeira e o lado que você senta, você não pode mudar de papel e eu nunca mudei de papel. Eu posso conversar e negociar com qualquer cara de direita, mas eu sei qual é meu lado e a cadeira” (Deputado, 571-575). Portanto, Deputado faz questão de afirmar que mesmo com a mudança do lugar do campo de batalha, da Instituição-Guerrilha para a Instituição-Estado, mantém os mesmos princípios políticos de outrora que aspiram o imaginário da transformação social:

(...) eu faço tudo em nome de causas e sonhos, eu não tenho nada, eu não tenho nenhuma busca de interesse, nem de riqueza, eu não tenho renda, eu não tenho riqueza, eu não me formei, entendeu. Quer dizer, a política para mim ela está fundamentada em sonhos e causas, está certo!? Eu continuo primeiro um lutador de sonhos. Segundo, as coisas mudaram, as circunstâncias e as escolhas políticas mudaram, então eu mantenho uma espécie, um cordão umbilical que não se quebra e nem se corta. E você vai num processo de nova construção mantendo o cordão umbilical dos anos 60 e da guerrilha. Eu me vejo assim. Até porque isso a gente guarda e leva com a gente para onde a gente vai. Porque quando se vive uma coisa intensamente ela não sai de dentro de você, essas coisas estão muito vivas e presentes e por quê? Porque eu fiz cem por cento, eu não deixei de fazer, eu não fiz nada pela metade (Deputado, 550-560).

A partir desse segmento constata-se que se mantém o imaginário de transformação social, contudo um imaginário que deve ser encarnado no estrato, na Instituição-Estado, uma instituição que promove mais a conservação do que a mudança, mais a reprodução dos estratos instituídos, do que a produção de fluxos instituintes (Holloway, 2003; Deleuze & Guattari, 1997). Mas será que essa conexão traz resultados para as demandas históricas da esquerda e da sociedade latinoamericana?

Ainda não temos resposta para tal questão, visto que a experiência da esquerda no Estado, no Brasil e na América Latina, é bastante recente. Em sua fala, Deputado se escora na palavra “processo” repetidas vezes para falar sobre a mudança que a esquerda pode prover a partir da maquinaria estatal.

O Governo Lula hoje tem uma aceitação muito grande, mas no primeiro ano fomos muito criticados, mas assim também se a gente tivesse feito uma Revolução. Você não atende materialmente todas as esperanças, todas as expectativas da noite para o dia, você tem que ter noção de processo, eu acho que essa noção de processo que faz a gente avançar, por isso que eu me sinto realizado, eu não me sinto frustrado, eu me sinto realizado com esses sonhos que marcaram minha história de 42 anos, eu tenho 42 anos de militância política (Deputado, 643-649).

A noção de processo, desse porvir da transformação, torna-se palavra-chave em seu discurso para pensar a esquerda no poder do Estado. Pensar e colocar a questão em termos de processo é a predominância da reforma na clássica discussão de esquerda entre reforma e revolução. Não só Deputado utiliza a palavra processo, como também utiliza imagens que já citamos de “gerir o Estado sem quebrar” (Deputado, 633-634) e “mudar a ordem por dentro da ordem” (Deputado, 490). Mantém assim a idéia de uma transformação social processual, em que a reforma deve ser feita processualmente no diálogo e na negociação peculiares à democracia na via institucional. Mesmo que Deputado repita que mantém os valores e princípios políticos de outrora, entendemos que estes valores acabam por ser “aplainados” pelas regras e normativas da Instituição-Estado e por sua burocracia, despotencializando assim os processos de transformação. Citamos um último trecho de sua entrevista, em que nos parece emblemático como a luta política pela transformação social acabe contingente e “achatada” pelos mecanismos da maquinaria estatal, em que o político não seria reduzido aos processos estatais, mas sim totalizado por este aparelho:

(...) defendo que o processo de transformação se dê pela via democrática, disputando eleição, pressionando, com derrotas e vitórias. Eu tenho um compromisso militante com os mesmos valores que me orientaram no Movimento Estudantil e no Araguaia, os valores de uma sociedade sem exploração, sem discriminação. Para mim é tão radical estar numa plenária como eu estava

ontem do LGBT, como eu estava numa plenária do MST, como eu estava numa greve, eu acho que a luta política ela é, a liberdade do ser humano tem que ser ampla e completa, não é departamentalizada (Deputado, 686-693).

No agenciamento estratopolítico o imaginário da transformação social torna-se contingente aos estratos instituídos, a partir de seus espaços tradicionais, como a plenária, seja do movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros – LGBT, ou do Movimento Sem Terra – MST. Portanto, dirigir o Estado para transformar a sociedade torna-se o grande objetivo, em que a prática política transformadora deve ser realizada a partir desses estratos. Citamos outro exemplo, do final da década de 1980, em relação à organização das finanças do município de São Paulo realizada pela ex-prefeita Luíza Erundina (PT), que na época foi alvo de crítica mordaz de Lula:

Essa mulher (a prefeita de São Paulo pelo PT, Luiza Erundina de Souza) só me fode; agora lhe ocorre decidir que vai colocar as finanças da prefeitura em ordem e vai suspender todas as obras públicas. Essa mulher é pior que o antigo governador (membro do PMDB) Franco Montoro, que disse que era contrário às grandes obras, mas nem sequer fez pequenas obras. Contudo, ele teve todo um período de quatro anos para se recuperar; para mim só tenho os cinco meses de campanha que restam (Neumanne⁷ citado por Castañeda, 1995, p.179, tradução nossa).

Contata-se que as duras críticas de Lula feitas à sua ex-companheira de partido referem-se a uma questão eleitoreira, em que organizar as finanças do município seria secundário em relação à realização de obras públicas. Pois fazer obras traria maior visibilidade às gestões do PT nos municípios para a opinião pública, o que poderia contribuir com a campanha eleitoral de Lula para a presidência do país no ano de 1989, resultando assim num maior ganho de votos, para que chegasse ao estrato do poder. Tal fala demonstra que mais importa aceder ao poder do aparelho estatal do que organizar a gestão, tal como Erundina estava fazendo. A crítica de Lula chegou a tal ponto, em que compara a ex-prefeita a um político de um partido adversário, afirmando que ela chegava a ser pior que ele.

Em síntese, compreendemos que na Estratopolítica há uma atuação pelas posições na estrutura, institucionais e no Estado, que prioriza o estrato e o investimento do desejo é no estrato; investe-se nas estruturas, deseja-se as estruturas. Então o que importa é quem está no Partido e no Estado, quem tem algum cargo político importante, como presidente, governador, prefeito, deputado, etc., pois mover-se por estratos é ocupar um espaço e fixar-se nele; é como se os estratos fossem degraus na hierarquia institucional. E nesse processo há o predomínio de movimentos de fixação, territorialização e sedentarização. É o famoso discurso dos grupos

⁷ José Neumanne. *Atrás do Palanque: Bastidores da eleição 1989*. São Paulo: Ed. Siciliano, 1989, p.78.

políticos de “ocupar os lugares” institucionais. Então, ao considerar que é um agenciamento feito a partir dos estratos e da ocupação das instituições, entendemos que a lógica da representatividade, do um representando os outros, é a que impera nesse agenciamento. Portanto, a democracia representativa é expressão da Estratopolítica, pois o interesse se funda sobre quais elementos ocuparão os distintos lugares da estrutura, em quais elementos poderão “representar” e decidir a vida dos outros.

Tal agenciamento pode culminar numa espécie de “culto à personalidade” ao elemento que ocupa posição destacada na estrutura, algo que os movimentos revolucionários de esquerda sempre tentaram evitar em discurso, mas que raramente conseguiram rechaçar na prática, constituindo-se assim lideranças carismáticas, irrefutáveis e quase mitológicas. Por isso pode haver um mecanismo de funcionamento próximo dos Estados Imperiais, por fixar suas atuações a partir das posições ocupadas pelos elementos, e por sobrecodificar os processos sociais a partir do corpo do déspota (Deleuze & Guattari, 1976), do soberano, do imperador, como o que ocorreu com Stálin, Mao Tsé-tung, Fidel Castro, etc. Contudo, há que se ressaltar que nessa vinculação ao estrato o sujeito não apenas goza de seus privilégios, mas também de uma “servidão” a essa estrutura; é beneficiário, mas é submisso a ela, tem seu bônus, como também o ônus, tal como o clássico personagem literário Fausto de Goethe. Não apenas usufrui do lugar social ocupado, como também tem que servir a tal lugar. Fausto pode ser visto como figura emblemática da Estratopolítica.

Considerações finais

A transição política de Deputado da luta armada à política institucional se deu a partir de um funcionamento singular que denominamos de Estratopolítica. Este agenciamento deriva-se dos processos de conexão entre sujeito e instituição, da codificação das práticas políticas via lógica de Estado. A racionalidade de Estado tem primazia no funcionamento político e é formadora de um determinado tipo de subjetividade. Há um investimento desejante nos estratos, em que as estruturas e as instituições, conseqüentemente o Estado, assumem posição central e fundamental para as práticas políticas do sujeito. Nesse agenciamento há um desejo de fixação e incorporação da estrutura institucional para a realização de ações políticas, havendo uma espécie de simbiose com a instituição (Bleger, 1975), ou o que Kaës (1997) chama de “colagem imaginária”, visto que os estratos são parte formadora do campo existencial do sujeito, em que as posições ocupadas são imprescindíveis para o fazer político. Então, nessa modalidade discursiva notamos uma “institucionalização” das práticas políticas em que ela deve ser exercida e é mediada a partir dos estratos, a partir do investimento desejante nas instituições, havendo assim uma captura-conexão do desejo pelo estrato.

Consideramos, a partir da entrevista de Deputado e da teorização de Deleuze e Guattari (1997) sobre o Estado enquanto Aparelho de Captura⁸, que a prática política, seja de Estado, de partidos e movimentos sociais, seja da direita ou da esquerda, tem a tendência de funcionar de modo estratopolítico, com o investimento no estrato e práticas de conservação, ou seja, com o desejo de tomar e controlar o poder do Estado. Hipotetizamos que foi um agenciamento característico de muitas organizações políticas de esquerda no período da ditadura militar, visto que muitos coletivos ainda se estruturavam sob a forma de partido, na hierarquia e tinham como objetivo a tomada do poder do Estado; a conquista do estrato estatal. Vale ressaltar que a afirmação de que muitos partidos e movimentos sociais atuem de forma estratopolítica, não quer dizer que direita e esquerda políticas sejam a mesma coisa. Compreendemos que há a coexistência das distinções ideológicas entre os distintos segmentos, com o funcionamento estratopolítico. Ou seja, o agenciamento estratopolítico refere-se a um tipo de funcionamento das práticas políticas, a uma modalidade de razão governamental, sendo independente em relação às ideologias.

Nesse funcionamento de investimento nos estratos, há um movimento em direção às estruturas, num desejo de fixação e perpetuação nos lugares institucionais. Dessa forma, ocorre uma inversão, num processo de burocratização (Michels, 1982; Bleger, 1980), em que os meios se tornam os fins, por exemplo; determinado grupo político estará mais preocupado em manter-se no poder do Estado do que realizar as práticas políticas de sua plataforma. Então estará mais implicado nos meios para continuar na instituição, do que utilizar a instituição para ocasionar transformações sociais na sociedade. A instituição deixa de ser a ferramenta de gestão para a transformação e se torna o objetivo final, ou seja, continuar na estrutura torna-se mais importante do que o que se pode fazer nela. Nessa lógica, o poder sobre (potestas) adquire primazia sobre o poder fazer (potentia).

Dessa forma, esse desejo de perpetuação na Instituição, no Estado, pode gerar os fenômenos mais contraditórios, como por exemplo; ter uma plataforma política horizontalizada, mas práticas e hierarquia totalmente verticalizadas; defender a democracia, mas ter práticas autocráticas, ou seja, gerando uma contradição entre ideologia e práticas exercidas. Muitas vezes há uma cisão entre práticas e ideais, em que acreditar no discurso do ideal é uma maneira de justificar as práticas contraditórias

Um exemplo já citado foi a recente defesa do PT em 2009 ao senador José Sarney, acusado de praticar inúmeros atos de improbidade administrativa. Em nome de sua aliança com o

⁸ O Estado, que pode ser entendido como a Instituição maior de uma sociedade, formada por uma segmentaridade dura, muito rígida, molarizada, estratificada. Não só está ligado à questão da gestão política do território, das pessoas e da sociedade, como tem como maior função a sobre-codificação dos fluxos sociais e das semióticas primitivas, reterritorializando as condutas e práticas, procurando codificar os fluxos sociais em estratos, freando o movimento, tendo essa função de captura do desejo, criando identidades fixas e estáticas, reduzindo a multiplicidade a uma lógica binária; para Deleuze e Guattari (1997) o Estado é o Aparelho de Captura, que concretiza o movimento de codificação do social.

PMDB, o ex-Presidente Lula e o PT, arranhando suas imagens com a opinião pública, salvaram da cassação o ex-presidente do Senado. Esse foi um caso explícito de como o PT, numa estratégia para garantir sua manutenção no poder, não se preocupou com os seus antigos discursos sobre ética no governo, defendendo um político que cometeu atos de infração; nesse caso, o desejo pela manutenção da governabilidade do país abandonou a ética. Então, compreendemos que para a esquerda manter-se no poder estabelece alianças políticas com determinados segmentos sociais que têm uma plataforma político-ideológica distinta. Reproduz assim as práticas clientelistas e capitalistas e não fomenta práticas políticas transformadoras, para manter assim a estrutura constituída e consolidada.

Portanto, a partir do investimento nos estratos, consideramos que a conduta estratopolítica pode ser uma das explicações para a manutenção do mesmo e de práticas conservadoras no Governo, mesmo quando o grupo dominante é de esquerda e tem um projeto político transformador. Esse poderia ser um dos caminhos para pensar por que tantas revoluções se fixaram no momento da ditadura do proletariado, criando regimes políticos, em muitos casos, mais autoritários que os de outrora, com extrema centralização do poder, hierarquias rígidas, culto à personalidade dos líderes, sobrecodificação das condutas, etc. Então, em muitos casos o ex-guerrilheiro não sofre uma captura à lógica estratopolítica, mas sim, adere a ela, ou já está agenciado dessa forma.

Como há o acoplamento ao Estado, nesse agenciamento todos os projetos de transformação social são imaginados a partir dessa instituição, numa transformação de “cima para baixo”, numa prática reformista, “processual” como foi salientado por Deputado, em que se defende “mudar a ordem dentro da ordem”. Mas, será que mudar a ordem dentro da ordem é possível? Ou melhor, será que uma prática estratopolítica tem potência para fomentar transformações sociais e políticas, seja na sociedade ou no Estado?

Referências

- Arantes, M. A. A. C. (2008). Dor e desamparo: filhos e pais, 40 anos depois. *Psicologia clínica*, v. 20(2), p. 75-87. Acesso em 16 de agosto, 2009, em <http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n2/a06v20n2.pdf>
- Arantes, M.A.A.C. (2012) Em nome da memória. *Psicologia: Ciência e Profissão*. v. 32 (num. Especial), p. 310-317.
- Bardin, L. (1977) *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Betto, F. (1982) *Batismo de sangue*. São Paulo: Círculo do Livro.
- Bleger, J. (1975) *Simbiosis y Ambigüidad*. Buenos Aires: Paidós.
- Bleger, J. (1980) *Temas de Psicologia: entrevistas e grupos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bobbio, N., Mateucci, N. & Pasquino, G. (orgs) (1999) *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 12^o edição.

- Boito Jr., A. (2003) A hegemonia neoliberal no Governo Lula. *Crítica Marxista*, n.17. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- Castañeda, J.G. (1995) *La utopía desarmada – Intrigas, dilemas y promesa de la izquierda en América Latina*. Barcelona: Ariel.
- Coelho, M. F. P. (2007) *José Genoíno: escolhas políticas*. São Paulo: Centauro.
- Deleuze, G. (2006) *Diferença e Repetição*. São Paulo: Brasiliense.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1976) *O Anti-Édipo*. Rio de Janeiro: Imago.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1997) *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*, Vol. 5. São Paulo, 34.
- Gabeira, F. (1979) *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri.
- Gaspari, E. (2002) *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras.
- Gorender, J. (1998) *Combate nas trevas* (5ª ed. rev. ampl. atual.). São Paulo: Ática.
- Guattari, F. (1987) *A Revolução Molecular*. São Paulo: Brasiliense.
- Holloway, J. (2003) *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Viramundo.
- Hur, D.U. (2009) *Discursos do trânsito da Guerrilha ao Estado Neoliberal: Estratopolítica, Tecnopolítica e Nomadopolítica*. Tese de Doutorado, Programa de Psicologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. Acesso em 15 de março, 2013, em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-27112009-103453/pt-br.php>
- Hur, D. U. (2012) *Cartografias da luta armada: a guerrilha como máquina de guerra*. *Mnemosine*, v. 8, p. 51-69. Acesso em 8 de agosto, 2013, em http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/254/pdf_239
- Hur, D. U. (2013a) *Memórias da guerrilha: construção e transformação*. *Psicologia & Sociedade*, v. 25(2), 311-320. Acesso em 8 de agosto, 2013, em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n2/08.pdf>
- Hur, D. U. (2013b) *Tecnopolítica: da guerrilha armada à gestão da vida*. *Polis e Psique*, v. 3, p. 4-25. Acesso em 8 de agosto, 2013, em <http://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/38487/26486>
- José, E. (1997) *Carlos Marighella – O inimigo número 1 da ditadura militar*. São Paulo: Sol e Chuva.
- Kaës, R. (org.) (1979) *Crisis, ruptura y superación*. Buenos Aires: Ediciones cinco.
- Kaës, R. (1997) *O Grupo e o Sujeito do Grupo: Elementos para uma teoria psicanalítica do grupo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kushnir, B. (2007) *Desbundar na TV: militantes da VPR e seus arrependimentos públicos*. *Anais XXIV Simpósio Nacional De História - Associação Nacional de História – ANPUH*. Acesso em 14 de abril, 2009, em <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Beatriz%20Kushnir.pdf>
- Martins Filho, J. R. (2003) *A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares*. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, p. 178-201.
- Michels, R. (1982) *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Ed. UNB.
- Polari, A. (1982) *Em busca do tesouro*. Rio de Janeiro: Codecri.
- Pomar, W. (1980) *Araguaia, o partido e a guerrilha*. São Paulo: Brasil Debates.
- Portela, F. (2004) *Guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- Reis Filho, D. A. (1990) *A Revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

- Ridenti, M. (1993) O fantasma da Revolução Brasileira. São Paulo: UNESP.
- Tavares, F. (1999) Memórias do esquecimento. São Paulo: Globo.
- Vázquez, F. (1997) El dispositiu d'anàlisi de dades: l'Anàlisi de contingut temàtic/categorial (Investigació i Coneixement Psicosocial). Mimeografado.
- Vianna, M. (2003) Uma tempestade como a sua memória: a história de Lia, Maria do Carmo Brito. Rio de Janeiro: Record.
- Vieira, L. (2008) A busca: memórias da resistência. São Paulo: Hucitec.